

Ao vivo

Curso de Atualização:

O PROTOCOLO NA PRÁTICA

A Virada de Chave da Perspectiva de Gênero em
Direito das Famílias e Sucessões

Público Alvo:

Advogados e advogadas; Magistrados; Membros do Ministério Público; Defensores Públicos; Procuradores; Delegados; Assessores jurídicos; Servidores do Poder Judiciário; Professores e pesquisadores; Pós-graduandos; Estudantes de Direito; Demais profissionais interessados na aplicação prática do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.

Corpo Docente:



Ana Paula Oliveira



Cristiana Mendes



Eduardo Cambi



Eduardo Walmory



Flávia Naves



Gabriella Pereira



Júlio Camargo



Patrícia Calmon



Justificativa Acadêmica

A aplicação da perspectiva de gênero tornou-se indispensável para a atuação contemporânea no Direito das Famílias e das Sucessões, exigindo dos operadores do Direito uma compreensão técnica das desigualdades estruturais que permeiam os conflitos familiares e sucessórios. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, elaborado pelo CNJ, consolida diretrizes fundamentais para uma prestação jurisdicional mais justa, igualitária e comprometida com os direitos humanos.

Nesse cenário, o curso oferece uma atualização prática sobre os fundamentos e a aplicação do Protocolo em temas centrais da advocacia familiarista e sucessória, proporcionando aos participantes uma atuação mais estratégica, técnica e alinhada às diretrizes contemporâneas do Poder Judiciário e aos desafios da prática profissional.



Objetivos:

- Compreender os fundamentos jurídicos da perspectiva de gênero;
- Estudar a evolução normativa nacional e internacional sobre igualdade material;
- Desenvolver habilidades para identificar relações assimétricas de poder;
- Aplicar corretamente o Protocolo nas diversas fases do processo judicial;
- Analisar casos envolvendo guarda, convivência, alimentos, sucessões e violência patrimonial sob a ótica da perspectiva de gênero;
- Compreender os impactos da interseccionalidade na prestação jurisdicional;
- Atualizar a atuação profissional conforme as diretrizes do CNJ e dos organismos internacionais.



Conteúdo Programático

26/08 | AULA MAGNA – Eduardo Cambi

Fundamentos Gerais do Protocolo de Gênero. Gênero como categoria jurídica de análise. Estereótipos de gênero e seus impactos. Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e outros. Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. O papel do Judiciário na desconstrução de desigualdades. Análise e extensão do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Fundamentos Específicos. Metodologia de aplicação no processo judicial. Etapas do protocolo. Análise do contexto social e econômico. Limites do Protocolo como diretriz hermenêutica.

02/09 | AULA 02 – Júlio Camargo de Azevedo

Microsistema Processual de Proteção dos Vulneráveis. Conceito e Extensão da Vulnerabilidade nos processos de família. Espécies. A pluralização da carência como fenômeno social. Como inserir a perspectiva de gênero e qual o momento mais adequado no processo? Que espécies de tutelas jurisdicionais deverão ser postuladas? Instrução processual. Construção das soluções jurídicas justas rumo a um procedimento adequado na perspectiva de gênero.



Conteúdo Programático

09/09 | AULA 03 - Ana Paula Oliveira

Guarda, convivência e parentalidade. Assimetrias estruturais de gênero. Incompetência estratégica (weaponized incompetence) e demais abusos nas relações familiares.

16/09 | AULA 04 – Cristiana Mendes

Alimentos e justiça distributiva. Critérios de pensionamento e dosimetria da pensão alimentícia na conjugalidade e na parentalidade. Reconhecimento do trabalho invisível de cuidado. Lei nº 15.069/2024. CIDH Opinião Consultiva OC-31/25 de 12 de junho de 2025.

23/09 | AULA 05 – Flávia Naves

Violência patrimonial e desigualdade econômica. Como proteger a mulher? A compensação econômica do regime da separação de bens no Projeto de Lei 4/2025.

30/09 | AULA 06 – Eduardo Walmory Sanches

Sucessões e proteção patrimonial da viúva, companheira sobrevivente ou herdeira mulher à luz do protocolo de perspectiva de gênero.

07/10 | AULA 07 – Gabriella Andréa Pereira

Interseccionalidade: gênero, raça, etnia, sexualidade e outros marcadores sociais no Direito das Famílias. Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial do CNJ como ferramenta essencial e transformadora nos processos de família.



Conteúdo Programático

14/10 | AULA 08 – Patrícia Novais Calmon

O fenômeno do envelhecimento no Brasil e os microssistemas de proteção aplicáveis ao idoso. Aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero à mulher idosa.

